MOÇÃO

Foi ontem, dia 25, anunciado pela empresa Repsol aos seus trabalhadores, que a empresa irá entrar em "Lay-off" durante seis meses e que 50% dos seus trabalhadores irão ser abrangidos por esta medida.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém demonstra uma profunda preocupação com este anúncio e chamam a atenção para os impactos que esta medida trará, do ponto de vista económico e social para a freguesia de Santo André, para o Município de Santiago do Cacém e para a Região do Litoral Alentejano.

Em Setembro de 2008 (8 meses atrás) a empresa com o patrocínio do estado português, anunciava obras de ampliação no valor de 1000 milhões de euros que arrancariam nessa altura e que iriam permitir triplicar a produção do complexo petroquímico. Dizia a empresa nessa altura, que iriam ser criados cerca de 500 novos postos de trabalho entre directos e indirectos, já na fase de produção e cerca de 1500 empregos durante as obras de ampliação. António Brufau, presidente da Repsol, referia que "Portugal é um dos mercados prioritários para a Repsol". Todos estes anúncios tiveram o alto patrocínio do 1º Ministro José Sócrates e do Ministro Manuel Pinho, que se deslocaram à empresa dando destaque ao investimento.

Passados oito meses o resultado é este, a coberto da crise tenta-se aumentar os lucros do grande capital à custa de quem trabalha, à custa de quem produz riqueza. Os eleitos desta Assembleia Municipal não podem ficar indiferentes com esta situação. Os graves prejuízos que esta decisão acarreta são altamente nocivos para a população da freguesia de Santo André, para o Concelho e para a Região.

Como tal, a <u>Assembleia Municipal de Santiago do Cacém delibera:</u>

. Solidarizar-se com os trabalhadores da Repsol e demonstrar desde já o seu apoio aos trabalhadores desta empresa na defesa do emprego e dos seus direitos;
. Condenar a atitude da administração;
. Exigir a manutenção dos postos de trabalho;
. Manifestar as preocupações com o emprego.

Enviar para:
- Órgãos de Soberania
- Repsol
- Comunicação Social

Moção aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU e do eleito do BE, e dez abstenções, dos eleitos do PS e do PSD.

Santiago do Cacém, 26 de Junho de 2009